

continuação

	31.12.2019	31.12.2018
Trabalhistas	166.204	160.002
Cíveis	59.363	54.013
Fiscais	701	556
Total	226.268	214.571

23. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social é de R\$ 2.498.230 em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
Quantidade de ações ordinárias	166.191.392	166.191.392
Participação no capital	99,73	99,73
Quantidade de ações ordinárias	166.191.392	166.191.392
Participação no capital	99,73	99,73

Enel Brasil S.A. 166.191.392 99,73 166.191.392 99,73

Outros 442.934 0,27 442.934 0,27

Total de ações em circulação 166.634.326 100 166.634.326 100

b) Capital Social Autorizado: Na forma do disposto no artigo 168 da Lei 6.404/76, o Estatuto Social, em seu artigo 5º, parágrafo 1º, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 1.000.000.000,00, até o limite de R\$ 2.498.230.386,65, mediante a emissão de ações ordinárias correspondentes. O aumento dar-se-á sem direito de preferência aos acionistas, nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 172 da Lei nº 6.404/76. **c) Reserva legal:** O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social, tal reserva será constituída ao final do exercício caso a Companhia permaneça com o resultado positivo. **d) Reforço de capital de giro:** É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações. **e) Destinação dos resultados:** De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios está assim composta:

25. Receita líquida

	31.12.2019	31.12.2018
Número de unidades consumidoras faturadas (não auditado)		
MWh (não auditado)		
R\$ (não auditado)		

Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica

Classe de consumidores:

	31.12.2019	31.12.2018
Residencial	2.423.623	4.838.863
Industrial	3.455	232.249
Comercial	139.115	1.913.835
Rural	63.050	174.442
Poder público	13.794	508.553
Iluminação pública	1.880	559.281
Serviço público	1.981	300.135
Suprimento e revenda	24	502.620
Fornecimento faturado	2.646.922	9.023.312

Outras receitas – originadas de contratos com clientes

Fornecimento não faturado

(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres

Total receitas – originadas de contratos com clientes

Outras receitas

Ativo e passivo financeiro setorial

Subvenção baixa renda

Subvenção de recursos da CDE

Receita de uso da rede elétrica – consumidores livres – revenda

Receita de construção

Venda de Energia Excedente – MVE (a)

Outras receitas

Total outras receitas

Receita operacional bruta

Deduções da receita operacional bruta

ICMS

COFINS – corrente

PIS – corrente

Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE

Ressarcimento P&D

Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE

ISS

Total das deduções da receita operacional bruta

Receita operacional líquida

(a) O Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) propicia que as distribuidoras comercializem excedentes de energia e, em caso de vendas relacionadas a montantes do limite regulatório ou da sobrecontratação involuntária, que parte do benefício auferido seja revertido em favor do consumidor no processo de reajuste tarifário. Os agentes de distribuição com sobras contratuais de energia elétrica podem atuar como vendedores no MVE, e como compradores os consumidores livres, consumidores especiais, agentes concessionários, permissionários e autorizados de geração, os comercializadores e os agentes de autoprodução que estejam adimplentes na CCEE no momento da declaração de intenção de compra.

26. Receitas (Custos/Despesas) operacionais

	31.12.2019	31.12.2018
Pessoal	(95.922)	(144.486)
Material	(13.591)	(20.163)
Serviços de terceiros	(366.096)	(426.730)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.781.364)	(2.570.202)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(522.756)	(514.309)
Encargos de serviços do sistema	(16.499)	(12.693)
Ressarcimento de encargos serviço do sistema	14.218	(47.039)
Depreciação e amortização	(393.900)	(40.818)
Custo na desativação de bens	(21.641)	(747.874)
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	(47.865)	(8.088)
Recuperação de perdas (*)	8.813	(4.189)
Custo de construção	(718.037)	(669.723)
Provisão para processos judiciais e outros	(103.546)	(39.175)
Perda de recebíveis de clientes	(87.339)	(37.810)
Outras despesas operacionais	(15.580)	(63.385)
Receita de multas por impuntualidade de clientes	64.711	53.791
Outras receitas operacionais	11.916	7.983
Subtotal	(4.931.168)	(4.839.377)

(*) Em 12 de dezembro de 2019, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro emitiu o ofício número 828/2019 proferindo decisão favorável a Companhia para o pagamento de uma dívida com o estado no valor principal R\$ 8.813, multa de R\$ 2.218 e atualização R\$ 4.764 totalizando o montante de R\$ 15.795, a origem deste montante é relacionada a precatórios do ano de 1994 e por este motivo a contrapartida relacionada ao caixa recebido é segregada entre despesa com PCLD, outras receitas operacionais e despesas financeiras. A disponibilidade financeira é devida à Companhia e foi obtida através de conta judicial, estando disponível para atender as necessidades de caixa de curto prazo em valor conhecido e mensurável, conforme determina CPC 03 (R2).

27. Resultado financeiro

Receitas financeiras

Renda de aplicação financeira

Juros e atualização monetária sobre impuntualidade de clientes

Varição monetária

Receita de ativo indenizável

Atualização crédito de Cofins

Varição cambial de dívida

Dívida - Marcação a mercado

Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial

Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado

Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros

Varição monetária de ativos financeiros setoriais

Ganho disputa judicial Furnas

Outras receitas financeiras

(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras

Subtotal

Despesas financeiras

Varição monetária de dívidas

Varição cambial de dívidas

Dívida - Marcação a mercado

Encargos de dívidas

Juros debêntures

Atualização de Provisão para processos judiciais e outros

Encargos fundo de pensão

Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial

Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado

Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros

Encargos de múltiplos

Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual IOF/IOIC

Encargos com venda de recebíveis

Custos pré-pagamento BNDES

Outras despesas financeiras

Subtotal

Total do resultado financeiro

28. Imposto de renda e contribuição social: A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

	31.12.2019	31.12.2018
Imposto de renda	422.600	269.556
Contribuição social	269.556	269.556
Alíquota nominal dos tributos	15%	15%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	10%
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo	(105.626)	(67.365)
Incentivos fiscais	1.317	(84)
Permanentes - despesas e multas	(694)	(4.759)
Bônus Diretoria	(528)	(240)
Perda de Dívida	(31)	(1.518)
Multas Regulatórias	—	(1.540)
Outras despesas indevidáveis	(135)	(655)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(105.003)	(72.208)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(53.527)	(3.374)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(51.476)	(68.834)
Total	(105.003)	(72.208)
Alíquota efetiva	24,85%	26,79%

Conforme o artigo 228 do Regulamento do Imposto de Renda, a alíquota do IRPJ é de 15% (quinze por cento) sobre o lucro apurado, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$20 / mês.

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro do exercício	279.258	171.246
(-) Reserva legal	(13.963)	(8.562)
(+) Reversão de dividendos prescritos	56	—
Lucro ajustado	265.351	162.684
Dividendo mínimo obrigatório	(66.338)	(40.671)
	199.013	122.013
(+) Impacto inicial do IFRS 9	—	4.564
Outros resultados abrangentes (benefícios pós-emprego)	(51.055)	14.815
Valor transferidos ou (absorvidos) para a reserva de reforço de capital de giro	147.958	141.392

A Companhia mantém em seu passivo como dividendos a pagar com Enel Brasil S.A e Enel Américas o montante de R\$ 21.758 e R\$ 24.479, respectivamente, referentes ao lucro de 2014. A postergação do pagamento destes dividendos foi aprovada pela Holding para serem pagos até dezembro de 2020. Adicionalmente, o saldo remanescente de R\$ 249 refere-se a dividendos prescritos a serem baixados. **f) Outros resultados abrangentes:** A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa líquidos dos impostos atualizado até 31 de dezembro de 2019 de R\$ 697 (saldo negativo no montante R\$ 2.807 em 31 de dezembro de 2018) conforme composição a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
Ganho (perda) de instrumentos financeiros derivativos	1.056	(4.253)
Tributos Diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos	(359)	1.446
Total	697	(2.807)

24. Lucro por ação

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro líquido no exercício	279.258	171.246
Número de ações (em milhares de ações)	166.634	166.634
Lucro por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)	1,67587	1,02768

Não há diferença entre o lucro por ação básico e o cálculo de lucro por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos em 31 de dezembro de 2019.

29. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro: Considerações gerais:

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de manter os riscos e oportunidades de cobertura no mercado. **Fatores de risco:** A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Rio de Janeiro. Sua estratégia está sincronizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios. A Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio: **a) Risco de crédito:** Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía exposição ao risco de crédito relacionado aos seguintes ativos financeiros:

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e equivalentes de caixa	303.062	267.076
Títulos e valores mobiliários	106.258	81.777
Instrumentos financeiros derivativos - swap	132.540	98.833
Consumidores e outras contas a receber	1.492.185	949.042
Ativos financeiros setoriais	164.520	229.300
Ativo indenizável (concessão)	3.613.155	3.378.495
	5.811.720	5.004.523

Em 31 de dezembro de 2019, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com as seguintes classificações de risco realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

	31.12.2019	31.12.2018
AAA	275.400	143.952
AA-	95.784	89.349
Banco Central do Brasil	—	43.633
Numerário em trânsito	38.136	71.228
Não avaliado	—	681
Total geral	409.320	348.853

Instrumentos Financeiros Derivativos

	31.12.2019	31.12.2018
AAA	132.540	98.833
AA-	132.540	98.833
Total geral	265.080	197.666

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de prazos e condições definidas pela legislação e regulamentação específica. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber. Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa. **b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento:** Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente podem afetar a tarifa de energia e consequentemente, a receita oriunda do fornecimento de energia da Companhia e ainda, o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas. Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são avaliados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia. **c) Risco de câmbio:** Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas ao dólar da Companhia possuem contratos de swap (Dólar para Real e Libor para CDI/Spread para CDI).

Passivos em Moeda Estrangeira

	31.12.2019	31.12.2018
Empréstimos e Financiamento	919.167	919.167
Exposição Patrimonial	919.167	919.167
Ponta Ativa - Instrumentos Financeiros	(879.310)	(879.310)
Exposição Cambial Total	919.167	919.167

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (hedge) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros e inflação, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são swaps de moeda (câmbio) ou taxas de juros e inflação sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de hedge (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos). **Proteção total:** quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e induzem impacto potencial relevante; **Proteção parcial:** proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas); **Proteção dinâmica:** quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas. **d) Risco de encargos de dívida:** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 75% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, SELIC, TJLP, IPCA e Libor), sendo que 1% eram atreladas a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP contraídos com recursos BNDES. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

	31.12.2019	%	31.12.2018	%
Selic	33.072	8,91%	16.346	6%
CDI	314.842	84,82%	248.383	89%
Pré-Fixado	23.270	6,27%	12.866	5%
Total	371.184	100%	277.622	100%

Ativo Financeiro Indenizável

	31.12.2019	%	31.12.2018	%
IPCA	3.613.155	100%	3.378.495	100%
Total	3.613.155	100%	3.378.495	100%

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Derivativos e Arrendamentos

	31.12.2019	%	31.12.20
--	------------	---	----------